

Uma leitura do *Discurso sobre a servidão voluntária*

Jorge Mateus
(Universidade do Minho)
jorge.dm.mateus@gmail.com

Abstract The common axis of La Boétie's work lies in the basic axiom that all tyranny is based on a general popular acceptance. Thus, bearing in mind the nature of man, born to liberty and equality, united in society by fraternal ties and mutual aid, and knowing that humanity abdicated of its natural condition, La Boétie addresses issues such as the dichotomy equality-liberty, the origin and general acceptance of power, the relationship between domain and servitude (in the intersubjective plan), the metaphysical categorization of political regimes, civil disobedience and passive resistance. The tension domain-servitude relationship goes beyond the purely political dominion and enters in the fields of ethics and morals, carefully analyzing the interpersonal relationships within the relationship that strongly ranks as absolutely evil. Boétie's criticism of the vertical axis of power is complemented by a distinctly anthropological understanding on voluntarily chosen alienation and human degradation.

Resumo O fio condutor de toda a obra La Boétie reside no axioma fundamental de que toda a tirania se baseia numa aceitação popular geral. Desta forma, tendo presente a natureza do Homem, nascido para a liberdade e igualdade, unido em sociedade pelos laços fraternos e pela entreatajuda, e sabendo que, a determinado ponto, a humanidade abdicou dessa sua condição natural, La Boétie aborda questões como a dicotomia igualdade-liberdade, a origem e aceitação geral do poder, a relação entre domínio e servidão (no plano intersubjetivo), a categorização metafísica dos regimes políticos, a desobediência civil e a resistência passiva. A relação dialética domínio-servidão extrapola o domínio meramente político e entra também nos campos da ética e da moral, analisando detalhadamente as relações interpessoais no seio da relação que veementemente classifica como absolutamente perversa. A crítica de Boétie ao eixo vertical do poder é complementada pelo entendimento marcadamente antropológico relativo à alienação e degradação humanas escolhidas voluntariamente.

A obra que La Boétie nos apresenta, longe de estar ao nível da obra de Thomas Morus, no campo da utopia, está antes ao nível dos diálogos de Platão e dos grandes discursos políticos da Antiguidade. Ao longo do *Discurso*, o autor faz um levantamento criterioso do problema da servidão voluntária, sua origem e desenvolvimento, apresentando o remédio para o mal diagnosticado.¹ La Boétie exalta largamente as virtudes antigas, o civismo da *polis* grega e da *urbe* romana, a bravura dos antigos contra as hordas bárbaras, o amor à liberdade e a aversão à tirania. Fervoroso amante dos clássicos, La Boétie vive no século em que são muitas as alterações que se operam no ordenamento político das sociedades. É o tempo em que, de uma justificação transcendente do Estado, própria da Idade Média, se passa a uma justificação imanente do mesmo, com o objeto de Estado a deslocar-se da justiça para a segurança, num período fortemente marcado pela insegurança das guerras político-religiosas.²

La Boétie inicia o seu *Discurso* com uma crítica severa ao exercício do poder, uma crítica onde não encontramos por parte do autor qualquer distinção metodológica quanto às formas de governo. Se na *Política*, de Aristóteles, podemos encontrar a definição clássica das formas de governo e respetivas distinções³, na obra de La Boétie, por sua vez, encontramos nada mais que uma apreciação plenamente negativa quanto a todas as formas. O governo de um é censurável, mas o governo de muitos é ainda mais repreensível. Entre monarquia ou tirania, aristocracia ou oligarquia, La Boétie somente se depara com inconvenientes no que concerne ao exercício do poder que está concentrado nas mãos de uma pessoa, ou de um conjunto de pessoas. De resto, como o próprio afirma, “não há infelicidade maior do que estar sujeito a um chefe”⁴, pois jamais se pode confiar inteiramente

¹ Cf. Mesnard, 1977, 405.

² Cf. Boétie, 1995, 48.

³ Cf. Aristóteles, *Política*, III, 1279a 22-1279b 10.

⁴ Boétie, 1995, 17.

nele, uma vez que só dele depende a vontade de fazer o bem e o mal. Todavia, “ter vários amos é ter outros tantos motivos para se ser extremamente desgraçado”⁵, unicamente pelo facto de o poder ser exercido não por todos os cidadãos e em nome do seu próprio bem, mas por um conjunto de pessoas que através do exercício do poder promovem exclusivamente a sua situação particular, não atendendo ao bem-comum. A tirania não depende do número de tiranos, mas da supressão das liberdades individuais, e o governo de muitos mais não faz que multiplicar a opressão.⁶ É precisamente devido a estes elementos que La Boétie emprega os termos rei e tirano de modo indiferenciado, porque todo o indivíduo que exerce pessoalmente o poder é necessariamente um tirano.⁷ Esta análise, contudo, carece de rigor. Claude Lefort alerta-nos para o impacto que o feitiço retórico habilmente criado por La Boétie ao longo do *Discurso* desperta no leitor. Desde logo, o escoliasta chama-nos a atenção para a problemática inexistência de uma diferenciação clara entre os regimes corretos e suas formas desviantes, assim como da indefinição quanto às espécies de tiranos que existem, confundindo o poder detido por reis e por tiranos.⁸ Não obstante, La Boétie parece reconhecer que o poder exercido pelo rei difere substancialmente do poder tirânico, senão, o que o levaria a estabelecer uma diferença qualitativa quando afirma, sobre Dionísio Primeiro, “que o velhaco [...] subiu de capitão a rei e de rei a tirano”?⁹

Assim, a questão essencial que se levanta na teoria política de La Boétie é a de descobrir como é que é possível que as pessoas consintam a sua própria escravidão. Na busca de uma explicação plausível para este fenómeno, o autor do *Discurso* exporá nitidamente

⁵ Boétie, 1997, 18.

⁶ Cf. Mesnard, 1977, 395.

⁷ Cf. Boétie, 1993, 179.

⁸ Cf. Lefort, 1987, 148.

⁹ Boétie, 1997, 32.

não só a natureza da tirania mas também o fundamento do próprio Estado enquanto instituição.

La Boétie começa então por reconhecer que o facto de “tantos homens, tantas vilas, cidades e nações suportarem às vezes um tirano que não tem outro poder senão o que lhe é dado”¹⁰ constitui o âmago do problema que está a analisar, pois o tirano só tem o poder que os súbditos lhe outorgam, e apenas governa porque a humanidade não contraria os seus desígnios. Ver milhões de seres humanos submetidos ao jugo e à cruel desumanidade do tirano é a simples demonstração, admite o autor, da fraqueza humana, porque a humanidade, encantada pelo poder de um só, não encontra forças para se lhe opor. De resto, a perspetiva de La Boétie relativamente à natureza humana não deixa de revelar um otimismo cândido. Isso está patente na sua análise sobre a nossa propensão para amar a virtude e os deveres da amizade, para estimar as boas ações e reconhecer aqueles que são retos connosco. É por isso que, quando os cidadãos de um país encontram essas qualidades que tanto estimam num dos seus iguais e lhe concedem determinadas prerrogativas, não estão pois a fazer outra coisa que não seja reprovável, porque de todas as infelicidades, estar sujeito a um mestre é uma das mais gravosas.

O governo do tirano é um triste vício que retira a vida própria a um número infinito de pessoas, submetendo-as à crueldade do despotismo e da injustiça, obrigando-as a suportar males e dores inimagináveis. À submissão de um tão grande número de pessoas ao vil despotismo de um só, La Boétie não chama covardia, pois “a covardia não vai tão longe”.¹¹ O autor argumenta, recorrendo aos exemplos das batalhas travadas pelos gregos contra os persas, essas em que Milcíades, Leónidas e Temístocles lideraram pequenos exércitos contra hordas incontáveis, que, ao contrário do que acontece

¹⁰ Boétie, 1997, 18.

¹¹ Boétie, 1997, 20.

no seu tempo – no século XVI –, a valentia já não é o que aquece o coração da humanidade nem anima o seu desejo de liberdade. E de facto, a causa maior que pode justificar a servidão voluntária, entre outras, é a passividade dos cidadãos, passividade porque os escravos fingem acreditar que a liberdade necessita da prescrição do senhor, e sentem que é ele quem tem o poder de a conceder¹², aguardando a sua ordem para todas as ações.

Mas como explicar “que um só homem tenha logrado esmagar cem mil, privando-os da liberdade?”¹³ Ora, sabendo que o tirano é apenas uma pessoa igual a todas as outras, percebendo que à humanidade falta o desejo de conquistar a sua liberdade, “um bem que devia ser resgatado a preço de sangue”¹⁴, La Boétie conclui que a tirania se baseia numa aceitação popular geral, isto é, a maior parte do povo concorda com a sua própria subjugação.¹⁵ Compreendendo esta perversa realidade, a solução que La Boétie aponta envolve ativamente cada cidadão num combate contra a tirania, mas um combate sem armas ou derramamento de sangue, e que passa apenas pela resistência passiva e pela desobediência civil, porque o tirano “será destruído no dia em que o país se recuse servi-lo”¹⁶. Este é, efetivamente, o ponto fundamental da obra de La Boétie, a chave que permite compreender a sua proposta política e, tal como Pierre Mesnard observa claramente

Tanto para La Boétie como para Maquiavel, a autoridade é feita da aceitação dos sujeitos: porém um ensina ao príncipe a forçar o seu consentimento, enquanto que o outro revela ao povo o poder da sua recusa. Por outras palavras, o remédio do Contr’Un, do qual hoje

¹² Cf. Mesnard, 1977, 394-395.

¹³ Boétie, 1997, 22.

¹⁴ Boétie, 1997, 23.

¹⁵ Quanto a esta questão, tornam-se também relevantes os estudos levados a cabo por Wilhelm Reich quanto aos fenómenos que, no século XX, conduziram a uma aceitação generalizada por parte das massas relativamente aos fascismos emergentes.

¹⁶ Boétie, 1997, 22.

conhecemos a eficácia política, é a resistência passiva, a desobediência civil, a recusa de colaborar com uma ordem que desaprovamos.¹⁷

Desta forma, não é necessário que se retire ao tirano o que quer que seja, apenas que não se lhe conceda coisa alguma, porque é o povo a deixar-se oprimir, tudo fazendo para ser vilipendiado de todas as formas pelos tiranos e que, “podendo escolher entre ser livre e ser escravo, se decide pela falta de liberdade e prefere o jugo”¹⁸. Por isso, uma vez perdida a liberdade, e perdido o desejo de lutar por ela infatigavelmente, não há mal que não ocorra aos povos. A grandeza do tirano é-lhe exclusivamente conferida pelo próprio povo, e todo o mal que o tirano causa ao povo que governa é consequência desse consentimento. Sendo somente um ser humano, tão humano quanto o mais ínfimo dos seus servos, o tirano apenas tem a mais o poder de destruir os seus súbditos, um poder que lhe foi dado por eles.

Mas como se enraizou na humanidade “esse desejo teimoso de servir”¹⁹, um desejo que dissipa até o amor à liberdade?

Para responder a esta questão, La Boétie começa por afirmar o seguinte: “eu creio firmemente que, se vivêssemos de acordo com a natureza e com os seus ensinamentos, seríamos naturalmente obedientes aos pais, submissos à razão e de ninguém escravos”, porque se há em nós, seres humanos, uma “semente natural de razão”²⁰, a mesma floresce quando alimentada com virtude, e morre quando atacada pelo vício. Além disso, como a natureza, ministra de Deus e governanta da humanidade, nos deu a todos a mesma forma,

¹⁷ “Pour La Boétie comme pour Machiavel, l'autorité n'est faite que de l'acceptation des sujets: seulement l'un apprend au prince à forcer leur acquiescement, tandis que l'autre révèle au peuple la puissance de son refus. En d'autres termes, le remède du Contr'Un, dont nous connaissons aujourd'hui l'efficacité politique, c'est la résistance passive, la désobéissance civile, le refus de collaborer à un ordre que l'on réprouve.” (Mesnard, 1977, 400)

¹⁸ Boétie, 1997, 22.

¹⁹ Boétie, 1997, 26.

²⁰ Boétie, 1997, 26.

as desigualdades visíveis entre os seres humanos não são sinais de uma vocação particular para a sujeição, mas antes formas engenhosas para aumentar os serviços de solidariedade entre a humanidade, sinal da cuidadosa providência da criação.²¹ De facto, a natureza fez os seres humanos iguais, “de modo a que todos nos reconheçêssemos como companheiros ou mesmo irmãos”²², e se distribuiu de forma diferente os dons corporais e espirituais não o fez, pois, com o intuito de fazer submeter os mais fracos aos mais fortes, e sim para que a fraternidade florescesse entre a humanidade. Como tal, “se a uns assiste o poder de ajudar, os outros têm necessidade de ser ajudados”²³, e assim podemos constatar a total aversão e hostilidade com que La Boétie encara a existência de uma hierarquia autoritária entre os indivíduos, que a natureza criou perfeitamente iguais e livres. De resto, se tudo quanto a natureza faz é razoável é, portanto, evidente que a escravidão é uma ofensa e uma injúria tanto para quem a sofre como para a natureza. Todos os seres humanos, nascendo livres de igual maneira, são senhores da sua vida e têm o dever de a defenderem com todas as suas forças. Desta forma, na obra de La Boétie, a comunidade política tem como fim a realização da liberdade, tão essencial aos indivíduos por ser parte da sua natureza. Porém, não estamos perante uma conceção de liberdade entendida no seu sentido individualista, como será concebida nos séculos seguintes, mas sim num sentido que entende os seres humanos enquanto seres para a liberdade, existindo para si e não para outros.²⁴ Este entendimento consubstancia a liberdade individual e a cooperação e entreajuda, que surgem como elemento intersubjetivo fundamental na sociedade, a argamassa de uma relação social de solidariedade efetiva. Só esta leitura nos permite apreender o verdadeiro sentido que La Boétie

²¹ Cf. Mesnard, 1977, 393-394.

²² Boétie, 1997, 26-27.

²³ Boétie, 1997, 27.

²⁴ Cf. Boétie, 1995, 52.

pretende conferir à liberdade, um sentido que não pretende dicotomizar o conceito, mas antes envolve-lo com o princípio da igualdade equitativa entre os indivíduos. É a intuição do autor sobre a evidência da igualdade ontológica e moral da humanidade e a certeza de que “todos nós nascemos não só senhores da nossa alforria mas também com ânimo para a defendermos”²⁵, que nos revela a sua vocação para o reconhecimento²⁶, para a fraternidade e entreatajuda solidária.

Mas se todos os seres capazes de sentimento “sentem, pois, a dor da sujeição e suspiram pela liberdade”²⁷, que razões levaram a humanidade a esquecer a sua condição natural de igualdade e de liberdade e a perder o desejo de reconquistar tal condição? Que azar proporcionou o atual estado de coisas?

Ora, é o eixo vertical do poder que institui e fortalece a divisão na sociedade, estabelecendo uma relação de poder que apenas pode ter como resultado uma relação de opressão entre a humanidade, dividindo-a em dominantes e dominados. La Boétie reconhece que neste estádio é já impossível regressar ao tipo de sociedade que existia antes do infortúnio que trouxe à humanidade a opressão, mas o facto é que essa sociedade existiu.²⁸ Por essa razão, sabemos que a divisão da sociedade não nos aparece enquanto estrutura ontológica, ao invés, antes da malfadada divisão, existia uma sociedade em que os seres humanos viviam livres e em igualdade, de acordo com a sua própria natureza. Parece ser evidente que o azar a que La Boétie se refere, isto é, a destruição da sociedade livre e a implementação de uma relação de poder entre a humanidade, corresponde ao

²⁵ Boétie, 1997, 28.

²⁶ Cf. Lefort, 1987, 142-143.

²⁷ Boétie, 1997, 29.

²⁸ Neste ponto, é interessante considerar o facto de La Boétie crer firmemente que uma tal sociedade existiu efetivamente, contrariamente a Rousseau que, ao pensar numa sociedade anterior ao pacto social, colocou a hipótese de a mesma poder nunca ter existido. Cf. Rousseau, 1964, 27.

nascimento do Estado enquanto instituição.²⁹ La Boétie vive no tempo em que a *raison d'Etat* ganha a sua força, sobretudo através das teorizações dos italianos Guicciardini, Maquiavel e Botero, e num século em que o poder soberano era objeto de reflexões diversas, que culminam, no século seguinte, na figura do Leviatã, sua manifestação mais representativa. Porém, a visão que La Boétie nos apresenta é uma visão trans-histórica, não constituindo apenas o estudo de uma situação que se verifica no século XVI, mas sobretudo, uma análise perspicaz de um problema transversal a todas as épocas da História.³⁰

Uma vez nascida a tirania e entendido o infortúnio que retirou à humanidade a sua forma de vida original, é necessário averiguar como se desenrola a tirania, e que soluções há para que a humanidade se livre dela, se for esse o seu desejo. La Boétie declara que há três tipos de tiranos: uns que reinam por via da sucessão, outros por força das armas e outros pela eleição popular, e se todos são igualmente perversos e reprováveis, este último não deixa de ser o pior dos três. É o pior porque acima de tudo deseja conservar o poder que lhe foi delegado, e para se manter no poder não hesita em submeter à escravidão aqueles que nele reconheceram capacidade de governar o povo. Na verdade, o problema não reside tanto no modo como se alcança o poder, e mais na forma de o exercer, que é sempre idêntica. Seja que tipo de governante for, príncipe ou tirano, aquele que detém o poder deseja somente a submissão unânime dos súbditos, e estes, obedecendo, apenas realizam o seu próprio desejo de obediência.³¹ La Boétie reconhece, porém, que as pessoas apenas se deixam subjugar quando são a isso forçadas, ou quando são enganadas. Mas o que é tão incrível quanto inquietante é ver que o povo subjogado rapidamente perde a lembrança da liberdade e aceita com doçura os

²⁹ Cf. Clastres, 1997, 69-70.

³⁰ Cf. Boétie, 1995, 23.

³¹ Cf. Clastres, 1997, 85.

grilhões da servidão, a contragosto, inicialmente, e por via da coerção, mas ao sucederem-se as gerações a servidão é já o hábito dos seres humanos. É pela inexorável força do costume que a humanidade fica condenada à sua condição de servidão. De resto, como o próprio La Boétie constata, “as sementes do bem que a natureza em nós coloca são tão pequenas e inseguras que não aguentam o embate do costume contrário”³², e nesse caso, ao invés de germinarem, as sementes morrem. De facto, “a primeira razão da servidão voluntária é o hábito”³³, tanto nos “homens” como nos animais, porque as coisas tornam-se naturais quando os “homens” e animais a elas se habituam. Mas há sempre indivíduos de tal modo crédulos que, por terem sempre vivido na servidão e nascido servos como os seus pais antes deles, se convencem de que tal condição é um mal que têm de suportar *ad aeternum*. Todavia, outros há que não se conformam com o insuportável peso do jugo, esses que, como Ulisses, “nunca se acostumam à sujeição e que [...] nunca se esquecem dos seus privilégios naturais”³⁴, lutando contra todos os perigos para reconquistarem a liberdade perdida. Espíritos assim tão clarividentes imaginam sempre a liberdade que lhes é negada e escondida, e como a História o demonstra, toda a tirania está à mercê não apenas destes cujo ânimo é mais inquieto, mas de todos os que são livres e têm bom coração.³⁵

Neste ponto, torna-se também interessante o paralelismo que se pode estabelecer entre o método de análise de La Boétie e o de Maquiavel, ainda que não totalmente idênticos. À semelhança do secretário florentino, também o amigo de Montaigne recorre frequentemente à História para demonstrar a virtude dos antigos, sobretudo da cidade-Estado grega, e a sua obstinada intrepidez na

³² Boétie, 1997, 33.

³³ Boétie, 1997, 38.

³⁴ Boétie, 1997, 38.

³⁵ Cf. Mesnard, 1977, 402.

luta contra a tirania, e para dela tirar lições valiosas. Os antigos utilizavam todos os meios à sua disposição para conservarem a sua tão amada condição de cidadãos livres, e La Boétie narra múltiplos episódios determinantes ao longo das épocas, ocasiões decisivas em que os indivíduos optaram por não escolher a tirania, mas derramar o sangue e dar a vida pela liberdade. A esses que conheciam o doce gosto da liberdade não havia qualquer honraria, ouro ou título que os pudesse levar a abdicar dela para servir a um qualquer tirano. Os antigos bem sabiam que é impossível lastimar aquilo que se desconhece e que o desgosto só se sente depois de se ter desfrutado o prazer.

A força do hábito enquanto primeiro agente agregador da sociedade não é exclusiva do pensamento de La Boétie. Ela figura igualmente nas considerações de David Hume sobre a origem do governo, a par da necessidade e da inclinação natural para a vida social.³⁶ O ser humano, nascido e criado no seio familiar, é compelido a preservar a estrutura social e a dotá-la de um ordenamento jurídico-político que revele eficiência na administração da justiça. Mas no que respeita ao hábito, Lefort assume de novo as rédeas da crítica a La Boétie, denunciando a forma como este nos apresenta o hábito enquanto primeira razão da servidão, quase como se se tratasse de algo autoevidente e impossível de suscitar quaisquer dúvidas. De resto, La Boétie traz para o *Discurso*, hábil e paulatinamente, os exemplos dos animais em cativeiro que, sob a dominação, perdem o amor pela liberdade. As várias metáforas que La Boétie vai empregando (Mítridates que bebeu veneno gradualmente até o corpo se *habituar*; a natureza distinta dos venezianos e dos turcos, decorrente dos *costumes*; os dois cães de Licurgo, *domesticados* de forma diferente um do outro, etc.), além de adensarem o feitiço discursivo, apontam precisamente o efeito pernicioso que a

³⁶ Cf. Hume, 2010, 20.

dominação exerce sobre a humanidade, uma dominação materializada nos costumes.³⁷ Lefort crê que La Boétie não é bem-sucedido na fundamentação da servidão quando recorre ao hábito como sua primeira causa, sobretudo devido à impossibilidade de estabelecer uma comparação entre a liberdade e a sociedade, entre o humano e o animal.³⁸

A segunda razão pela qual os seres humanos se entregam à servidão decorre diretamente da primeira razão enunciada, pois sob a tirania tornam-se covardes e tíbios, porque juntamente com a perda da liberdade perdem também a valentia.³⁹ Os escravos não mostram a vivacidade e intrepidez que caracterizam os cidadãos livres, o fogo da liberdade não lhes arde vigorosamente no peito, têm antes o coração abatido e os sentidos inebriados, e sabendo isso, o tirano tudo faz para perpetuar tal condição de vício. Para subjugar os povos à servidão, os tiranos utilizam todas as ferramentas ao seu dispor, de modo a criar artifícios e espetáculos com os quais o povo alienado se habitue a servir com simplicidade. Com pão e circo os tiranos conseguiram sempre o aplauso da multidão, todavia, tudo o que o tirano dá não é mais que aquilo que teve já oportunidade de roubar aos súbditos. Os tiranos nada mais fazem que habituar o povo à obediência unânime, à servidão, e até à devoção! E tudo isto é, pois, construído pela máquina de propaganda ao serviço da tirania que, utilizando dispositivos de mistificação ideológica e distrações e prazeres vários, cumpre o seu objetivo de embrutecer o povo, degradando-o e alienando-o.

A análise que La Boétie faz desta nova condição humana sob a tirania é notável. Ao considerar a nova condição de uma Humanidade alheia à sua própria natureza, La Boétie “antecipa, a mais de três

³⁷ Cf. Lefort, 1987, 147.

³⁸ Cf. Lefort, 1987, 147-148.

³⁹ Cf. Boétie, 1997, 40-41.

séculos de distância, o cometimento de um Nietzsche – mais ainda do que o de um Marx –, que consiste em pensar a degradação e a alienação”.⁴⁰ Esta humanidade que renuncia à sua natureza, degradada e alienada, continua, porém, a ser livre. É livre porque escolhe livremente o caminho da servidão, e porque se degradou e alienou segundo o seu desejo, não desejando já voltar à sua condição natural, fugindo da servidão, sendo que para isso bastaria somente desejar a liberdade e recusar tudo ao tirano. A questão fundamental é precisamente a falta de vontade que os indivíduos manifestam em regressar à sociedade anterior ao infortúnio, à sociedade livre e igualitária onde a humanidade vivia em fraternidade, como se a servidão fosse inevitável.

La Boétie considera que o segredo da dominação não reside tanto na força dos exércitos e no aparato bélico de que o tirano dispõe, mas sim numa estrutura de apoio diferente, formada por um punhado de vis conselheiros que com o tirano partilham os despojos do que roubam ao povo. É a esses poucos que o tirano escuta, são eles que o aconselham, e deles depende uma estrutura hierárquica mais ou menos coesa, orientada no sentido de administrar o governo central e das províncias, protegida pelo enquadramento legal e jurídico vigente. São estes os companheiros do tirano, e no final “são quase tantas as pessoas a quem a tirania parece proveitosa como as que prezariam a liberdade”⁴¹, porque parece existir a tendência para que ao tirano se juntem sujeitos assaz ambiciosos e ávidos de poder, desejosos de participar no saque. São eles que dão força ao tirano, são o alicerce do seu poder e permitem que continue a vilania, “não deixando a ninguém nada de seu”.⁴² E o tirano submete assim uns por meio de outros, e não podendo descarregar no tirano o mal que este lhes faz,

⁴⁰ Clastres, 1997, 72.

⁴¹ Boétie, 1997, 51.

⁴² Boétie, 1997, 53.

os arqueiros e alabardeiros do reino descarregam, outrossim, noutros que, como eles, não têm qualquer defesa. Estamos, então, perante uma cadeia de dependências em que todos são escravos do tirano, e esses que o rodeiam e bajulam constantemente não deixam de ser tão escravos quanto os pobres do campo, a quem a tirania se mostra mais cruel. Esses que rodeiam o tirano e dele dependem nem se podem já considerar humanos, pois não agem humanamente, são autómatos, indivíduos que agem de acordo com a vontade sempre inconstante do tirano. Abdicam da vida somente para juntarem fortuna.

Mas é a acumulação de riquezas que assim faz agir as pessoas e as leva a submeterem-se a tais condições. Porém, por tanta riqueza acumularem, não foram poucos aqueles que às mãos do tirano conheceram um desditoso destino, como disso faz prova a História. De resto, neste ponto, é novamente de assinalar a proximidade entre La Boétie e Maquiavel no que à caracterização psicológica do tirano diz respeito, pois o seu modo de proceder é apenas condicente com aquilo que é mais proveitoso para os fins que deseja prosseguir.

Como La Boétie afirma, “o tirano nunca é amado nem ama”⁴³, porque a amizade só é possível entre pessoas capazes de se estimarem mútua e honestamente. A crueldade, a injustiça e a deslealdade são incompatíveis com a amizade, tal como a superioridade também o é. A amizade, sentimento de pureza tão sublime, requer que a humanidade se veja como igual. Como a única lei do tirano é tão-só a lei da sua vontade, ele está sozinho, “não é companheiro de ninguém, antes é senhor de todos”.⁴⁴

A base bidimensional da tirania é, assim, evidente. Por um lado, a cupidez do tirano e a sua vontade de poder, condições que o impelem a perpetuar a sua condição, sustentado por um esquema piramidal rígido que integra a totalidade dos cidadãos de um país, com o tirano

⁴³ Boétie, 1997, 56.

⁴⁴ Boétie, 1997, 57.

no topo e todo o povo abaixo dele. Por outro lado, a inércia e a falta de energia desses mesmos cidadãos que, submetidos à mais vil tirania e sem possibilidade de defesa, acabam por ser cúmplices na construção do sistema tirânico, culminando tudo isto no desenrolar de um processo que os leva a crer que da tirania retiram benefício.⁴⁵

Ainda que deixe sempre transparecer a sua preocupação pela situação em que se encontra a humanidade, ao longo de todo o *Discurso* La Boétie manifesta uma profunda crença no papel dos humanistas e dos indivíduos avisados. É a estes, que “dotados de claro entendimento e espírito clarividente [e] não se limitam, como o vulgo, a olhar só para o que têm diante dos pés”⁴⁶, que cabe a missão de esclarecer os povos, de expor o embuste da tirania, as suas ilusões e perfídias. É esta elite privilegiada que deve formar a vanguarda que libertará o povo da opressão a que está submetido, desconstruindo o mecanismo da engenharia do consentimento que a tirania tem ao seu dispor, enraizada na humanidade através do costume.⁴⁷

⁴⁵ Cf. Mesnard, 1977, 404.

⁴⁶ Boétie, 1997, 38.

⁴⁷ De facto, ao abordar esta questão, La Boétie torna-se, em certa medida, precursor das teorizações que, já no século XX, Walter Lippmann e Edward Bernays levam a cabo no domínio da comunicação política e que respeitam à *manufatura do consentimento* e à *engenharia do consentimento*, respetivamente.

Referências bibliográficas

Aristóteles, 1998, *Política* (Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes), Lisboa, Vega.

Rousseau, J. J., 1964, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Porto, Livraria Atena.

Mesnard, P., 1977, *L'essor de la philosophie politique du XVI^e siècle*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin.

Lefort, C., 1987, O nome de Um. In: *Discurso da servidão voluntária*, São Paulo, Editora Brasiliense, 125-171.

Boétie, É. de la, 1993, *De la Servitude Volontaire ou Contr'un*, Paris, Gallimard.

-- 1995, *Discurso de la Servidumbre voluntaria o el Contra Uno*, Madrid, Editorial Tecnos.

-- 1997, *Discurso sobre a servidão voluntária*, Lisboa, Edições Antígona.

Clastres, P., 1997, Liberdade, infortúnio, inominável. In: *Discurso sobre a servidão voluntária*, Lisboa, Edições Antígona, 61-87.

Maquiavel, N., 2008, *O Príncipe*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Hume, D., 2010, *Political Essays*, Cambridge, Cambridge University Press.